

UF RJ

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO

ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

1973

*Objetivo - Síntese  
da  
Revolução de 1964*

TRABALHO FINAL

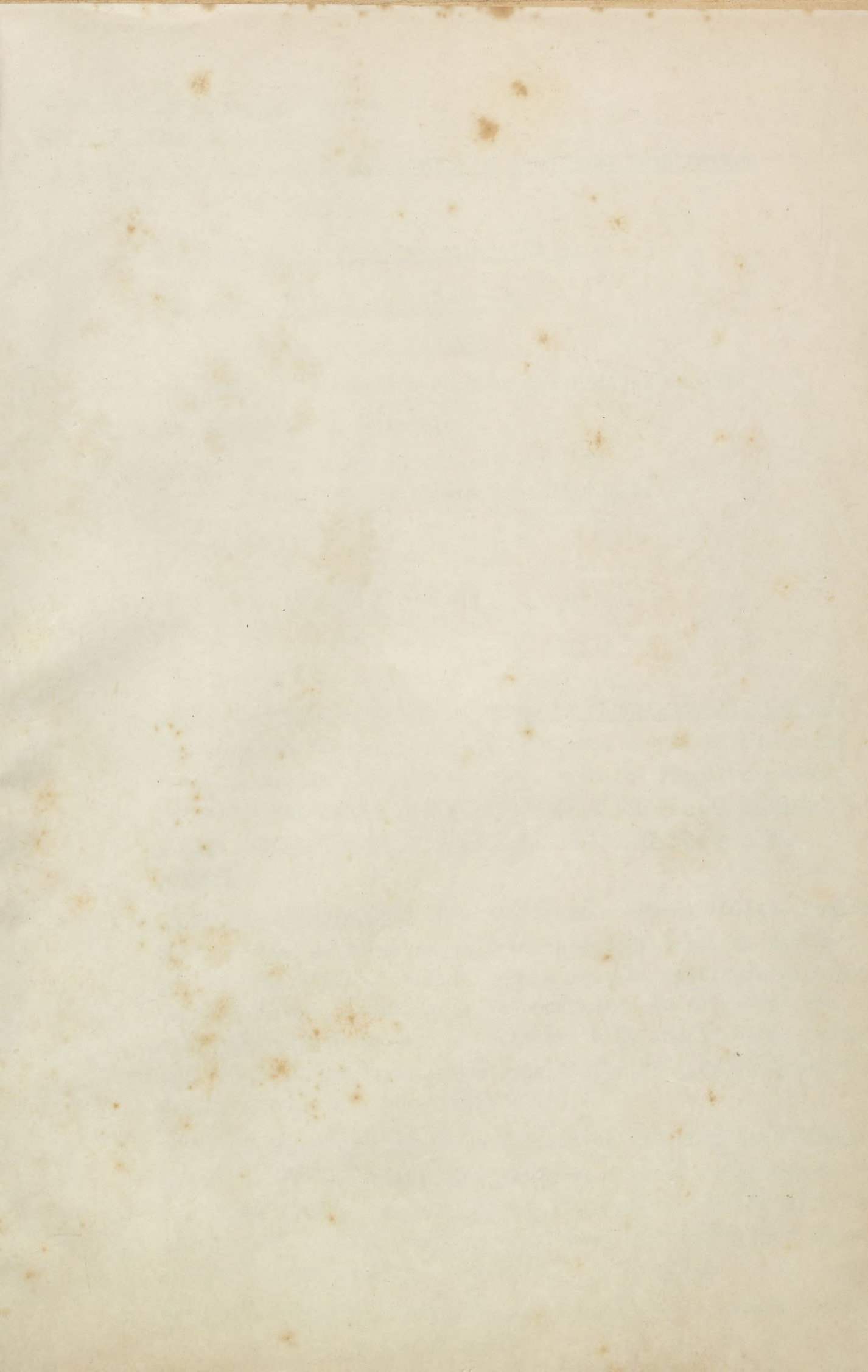
APRESENTADO PELO ESTAGIÁRIO Nº 14

PROF. ROBERVAL B. TAVARES

DA

U. F. R. J.





FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

1973

- Dados biográficos do Estagiário Nº 14 -

General Médico-Veterinário R/1

ROBERVAL BARRAL TAVARES

Professor Auxiliar do Centro de Ciências Médicas da UFRJ

Unidade:- Faculdade de Farmácia

Disciplinas:- {Tecnologia de Alimentos I e II  
                  {Estudo de Problemas Brasileiros II

I - CURSOS E TÍTULOS

- 1 - CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS, realizado no Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972. Trabalho Final versando/ sobre o tema: PRODUÇÃO E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL/ E SUAS CONOTAÇÕES COM A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO/ GOVERNO.
- 2 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (Especialização: BROMATOLOGIA), realizado na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1954. Curso concluído com a menção: distinção/grau dez. Referido Curso, considerado de pós-graduação, de acordo com a legislação vigente na época, constitui o 5º ano do curso farmacêutico (D.O. da União, Suplemento, de 15 Dez 956; Reg. Interno da/ Fac. Nac. Farmácia/ arts. 11, 16 e 18).-
- 3 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (Especialização: TECNOLOGIA E INSPEÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL), curso de 2 anos, realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, concluído em 1952, com a menção: distinção/grau dez/prêmio de viagem, nos termos/ do art. 7, do Decreto-lei nº 4083, de 4 Fev 1942.
- 4 - MÉDICO-VETERINÁRIO, diplomado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Turma de 1939.-

- 5 - CIRURGIÃO-DENTISTA, diplomado pela Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, Turma de 1938.
- 6 - OFICIAL MÉDICO-VETERINÁRIO DO EXÉRCITO, Curso de Formação realizado na Escola de Veterinária do Exército (Turma de 1940).
- 7 - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO, realizado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), concluído em 1955, Menção MB/MUITO BEM.
- 8 - CURSO DE TECNOLOGIA DE CARNE (Inspeção Industrial e Sanitária) realizado na Escola de Veterinária do Exército, sob a regência/ do Prof. José Bifone, Técnico do Ministério da Agricultura (Turma de 1949).
- 9 - CURSO DE TECNOLOGIA DE PESCADO (Emprego do Frio Industrial na/ Preservação do Produto), realizado na Faculdade de Tecnologia/ de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (1972).
- 10 - CURSO DE CLASSIFICADOR DE CAFÉ, realizado no Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro (Turma de 1950).
- 11 - MEMBRO DA COMISSÃO encarregada de elaborar o "MANUAL DE TÉCNICA ALIMENTAR" do Exército (Ofício nº 11/D, de 7 Fev 56, do Estado/ Maior do Exército).
- 12 - OFICIAL-GENERAL do Exército, Transferido para a Reserva Remunerada (1a. Classe), por Decreto publicado no Diário Oficial de/ 1º Dez 1965.

## II - ATIVIDADES DIDÁTICAS

- 13 - COORDENADOR E PROFESSOR da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros II, na Faculdade de Farmácia da UFRJ, a partir de Julho de 1972 (Boletim nº30 /1972, da U.F.R.J.)
- 14 - PROFESSOR REGENTE da disciplina de Tecnologia de Alimentos da/ Faculdade de Farmácia da UFRJ, nos anos letivos de 1966, 1967, 1968 e 1969 (Contratado CLT).

- 15 - PROFESSOR AUXILIAR (Assistente Contratado) do Departamento de Tecnologia de Alimentos e Toxicologia da Faculdade de Farmácia da UFRJ, nos anos letivos de 1970, 1971, 1972 e 1973.
- 16 - ASSISTENTE MILITAR DE ENSINO E PESQUISAS da Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil (Cadeira de Química Bromatológica e Toxicológica), a partir de 1956, por proposta do Diretor da Fac. Farmácia e designação do Exmo. Sr. Ministro da Guerra (Ofício nº 691, de 14 Dez 1959, da Fac. Nac. Farm.; D.O. da União de 10 Dez 56 e D.O. nº 235, de 15 Out 1958).
- 17 - PROFESSOR CONTRATADO do antigo Departamento de Difusão Cultural, da antiga Prefeitura do Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), no período de 1º Abril a 31 Dez 1939).
- 18 - PROFESSOR em comissão da Escola de Veterinária do Exército, Disciplina de Inspeção de Carnes e Derivados, anos letivos de 1957, 1961 e 1962.
- 19 - PROFESSOR DO Curso de Extensão Universitária de Bromatologia, ministrado na Escola de Saúde do Exército, em 1968, sob os auspícios da Academia Brasileira de Medicina Militar.
- 20 - INSTRUTOR DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO (EsAO), Disciplina Produção e Inspeção de Alimentos, anos letivos de 1955 e 1956.
- 21 - CONFERENCISTA na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, sobre "Inspeção de Suprimentos de Classe I (Alimentos) em Campanha" (Ofício nº 236/1959, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército).

### III - DESEMPENHO DE CARGOS E FUNÇÕES TÉCNICAS

- 22 - CHEFE DO LABORATÓRIO BROMATOLÓGICO do Estabelecimento Central de Subsistência do Exército (Jan 54 a Mai 55).-

- 23 - CHEFE DO LABORATÓRIO DE INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E BROMATOLOGIA,  
da Escola de Veterinária do Exército (Jan 61 a Dez 62).
- 24 - DIRETOR DO DEPÓSITO REGIONAL DE MATERIAL VETERINÁRIO DA 4a.  
REGIÃO MILITAR, sediado em Juiz de Fora, MG (1963/1965).

IV - CONDECORAÇÕES MILITARES

- 25 - MEDALHA MILITAR DE BRONZE
- 26 - MEDALHA MILITAR DE PRATA
- 27 - MEDALHA DE GUERRA (Tempo Dobrado/Serviço em Campanha/Fernando  
Noronha).-

=====

FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO

SOBRE

ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

1973

- OBJETIVO-SÍNTESE DA REVOLUÇÃO DE 1964 -

Trabalho Final apresentado  
pelo Prof. Estagiário nº 14  
ROBERVAL BARRAL TAVARES, da  
U.F.R.J.

INTRODUÇÃO

AO CONCLUIRMOS mais um curso de atualização de nível superior, promovido pelo Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vale dizer o III CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS - 1973, ajuizou-se-nos oportuno escolher como tema de nosso Trabalho Final obrigatório, desprezioso resumo dos objetivos que norteiam as patrióticas decisões que vêm caracterizando o Governo Revolucionário de 1964, há quase um decênio.

O III Curso de Atualização em causa, reflete em si mesmo, uma dessas decisões patrióticas. Restabelecido de modo obrigatório o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País (Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969), representa este III Curso, que ora nos congrega, a única fonte no Brasil, até agora, para formação de professores especializados em Estudo de Problemas Brasileiros, designação reservada/



para a disciplina de Educação Moral e Cívica, no sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado.

Dissemos restabelecido de modo obrigatório, porquanto por longas/décadas foi a Educação Moral e Cívica, como disciplina, excluída dos currículos escolares, em quaisquer graus. A prática educativa da moral e do civismo, sem os rumos, cujo traçado competiria à disciplina, perdeu força, sofreu profundas distorções e permitiu o avanço de atividades nocivas à formação sadia da personalidade do educando. O pragmatismo, o liberalismo e o intelectualismo no campo moral estão produzindo amargos/frutos. Sem fé e sem direção, em busca de lucros fáceis, perversos e imaturos tentam destruir as instituições basilares da nacionalidade, entre/as quais a Família e a Pátria. Visam, sobretudo, ao aviltamento da Mulher na tentativa de alijá-la do pedestal de dignidade em que o cristianismo a colocou.

A certa altura, compreendeu o Governo, responsável pelo Brasil em/conseqüência da Revolução de 31 de março, a necessidade de ação no campo psicossocial e lançou duas leis fundamentais: o Decreto-Lei nº 869/69, acima referido, e o Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, regulamentando o cumprimento da prescrição constitucional que veda as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.

"CUIDADOS ESPECIAIS estaremos sempre dando à família/ e à formação moral e cívica do homem brasileiro, de/ tal forma que se preservem os valôres espirituais/ da nacionalidade e se fortaleça o caráter do povo/ sem o que o progresso material poderá ser passagei- ro, enganador e até desumano".

(Presidente Médici, discurso na Escola Superior de Guerra, em 10 de março de 1970).

REALMENTE as duas leis fundamentais acima mencionadas, representaram/ verdadeira reação de contrabalanço às investidas dos inimigos soezes, protervos empedernidos, que de modo sub-reptício passaram a considerar a Família Brasileira como substrato subsecivo prioritário em seus diabólicos planos de desintegração.

EXPLORANDO a juventude desavisada e inerme, procuravam acentuar o desastre da família contemporânea, confundindo intencionalmente sentimento amoroso com exigências do sexo, e erigindo o sexo em lei suprema/ do Amor. Com isso visavam destruir instituição basilar da nacionalidade, a Família, muito embora soubessem a priori que incentivavam degradação/ do sentimento amoroso a um nível zoológico bestial.

Nesse recuo miserável da afetividade superior para o grau primário do instintivismo está um dos espetáculos mais tristes da atualidade.

Não se sufoca o sentimento íntimo. O jovem, comprimido pelos êrros/ em tórno, não enxergando caminhos, não ouvindo nada no lar nem no ambiente social, resvala para as diversas formas de protesto. Desde a maconha a ao boletim subversivo — tudo é protesto. Se abre o rádio — espalha-se a burrice e a sordidez de programas que lhes açulam os instintos, que facilitam lucros. "Faturar" tornou-se expressão corrente. Tudo conspira na mediocrização dos jovens. Os órgãos de comunicação prepararam o público para consumir whisky, fumo, cosméticos, música zoológica, gíria imoral, novelas de estupidez exemplar. Encaminham os moços a profissionalizações nascidas das aberrações do gosto, que algumas empresas de publicidades promovem denodadamente. Essa familiarização com a arte/ sórdida fabricada comercialmente entra lares a dentro e pega a criança/ em pleno viço.

Pois toda essa mixórdia tem seus teóricos — adultos que/ vêm à ribalta da imundície teorizando sobre a repressão antiga, falando/ na resistência dos "quadrados" ao espírito novo e à nova educação, que abre respiradouros aos adolescentes oprimidos, ávidos de viver a sua/ própria vida. No fundo, no fundo são teóricos artífices daqueles

óbices de modalidade peculiar por manifestarem atividade deliberada, intencional e contestatória a consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais. . . Daqueles óbices de modalidade peculiar conceituados como antagonismos às aspirações maiores da comunidade Nacional.

O Governo Revolucionário de 1964 a tudo está atento. E paulatinamente, nos momentos precisos, vai desmascarando os inimigos solertes e anulando-os, à custa de medidas adequadas de segurança, posto que, é por demais sabido que "o tipo de cidadão relaciona-se intimamente com o tipo de mãe, de pai e do lar que o indivíduo possui".-

O ensino obrigatório da disciplina Educação Moral e Cívica, nas escolas do Brasil, configura uma daquelas medidas oportunas do Governo/Revolucionário, para preservar, fortalecer e projetar os valores espirituais e éticos da nacionalidade.

Conforme parecer de autoria da Conselheira Edília Coelho Garcia, aprovado na X Reunião Ordinária de 1972, o Conselho Federal de Educação determinou que a estrutura da matéria EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA "implica/ em verificar se o indivíduo é capaz de participação responsável nos destinos da comunidade; se adquiriu os conhecimentos básicos indispensáveis ao seu encontro com seu tempo e o seu espaço social e se a consciência/ é aquela que se relaciona com o moral e o civismo contemporâneo, entendido não como simultâneo à nossa geração, mas no sentido da herança histórica, englobando muitas gerações e transcendendo vários períodos de tempo".

## A REVOLUÇÃO E OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O BRASIL, ocupando atualmente um espaço territorial três vezes maior que o estabelecido pelo Tratado das Tordesilhas (1494), e mantendo uma unidade política em uma área que corresponde a quase a metade da América do Sul, constitui um dos mais notáveis aspectos da política na história das civilizações.

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL do Brasil não se fez, através de um aumento populacional que exigisse, para sua manutenção, novos horizontes demográficos. Bem ao contrário, a implantação do domínio português se realizou desfalcando as fracas concentrações humanas, mal se esboçavam as primeiras vilas e cidades. O avanço territorial foi impulsionado por uma política periférica. Criando estabelecimentos humanos para balizar limites/fixados, Portugal procurava, assim, estabelecer, no Brasil, sucessivas fronteiras demográfico-culturais para garantir a posse.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL do País foi consequência da ação missionária, da ação dos desbravadores, da ação guerreira e da ação diplomática/luso-brasileira. Apenas no caso do Acre, já em 1903 (Tratado de Petrópolis), se deveu aos deslocamentos humanos. Esses acontecimentos concorreram para dar ao Brasil a grande extensão que atualmente possui: 8511965 km<sup>2</sup>, 15719 km de fronteiras terrestres e 7408 km de fronteiras marítimas.

A COESÃO TERRITORIAL resultou de uma política de tolerância racial e da unidade da língua e da religião.

EM LINHAS GERAIS, temos acima resumido o valioso patrimônio herdado das gerações passadas, e que há de ser transferido incólume e engrandecido às gerações vindouras. Esse o inestimável patrimônio que, convenhamos, correu sérios perigos nos idos turbulentos de 1963 e início de 1964.

### - RESUMO HISTÓRICO -

O TRATADO que deu ao Brasil o contorno aproximado que possui atualmente, foi o de MADRID, em 1750. As vantagens territoriais obtidas por/

Portugal nesse tratado foram defendidas pelo brasileiro ALEXANDRE DE/GUSMÃO, que afirmava que a Espanha devia reconhecer o direito de posse, isto é, considerar portuguesas as terras que Portugal havia conquistado ainda que ficassem além do meridiano de Tordesilhas.

DESDE O INÍCIO da colonização, o povo brasileiro manifestou vontade inquebrantável na preservação da INTEGRIDADE TERRITORIAL; na concretização da grandiosa obra de INTEGRAÇÃO NACIONAL; na edificação da UNIDADE NACIONAL e na conquista da INDEPENDÊNCIA.

A luta pela preservação da integridade territorial e a obra de integração nacional tiveram início com o estabelecimento dos três primeiros núcleos de povoamento: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Durante o período colonial, a defesa e manutenção do imenso império que ia sendo conquistado e escassamente ocupado se processou pela adoção de medidas de caráter político-jurídico, como o estabelecimento de tratados (Utrecht, Madrid, El Pardo, Santo Ildefonso) e pela adoção de medidas de caráter militar como a defesa intransigente do litoral, a expulsão sistemática do invasor que ousava fixar-se nas terras do Brasil, bem como pela "salvaguarda da fronteira distante e a afirmação aí da soberania, mediante a sábia disposição de núcleos defensivos, tamponando estrategicamente todas as aberturas à penetração desde o exterior" (GOLBERY DO COUTO E SILVA), tais como o Forte Príncipe da Beira, de Tabatinga, de Coimbra, etc

Após a emancipação política do Brasil e dos países vizinhos, foram delimitadas, com fundamento no princípio jurídico do "uti possidetis", as nossas imensas fronteiras. Com exceção das questões com a Argentina, com a França e com a Inglaterra, decididas por arbitragem internacional, todos os nossos limites acham-se perfeitamente definidos por tratados ou acordos bilaterais.

A preocupação com a integração das nossas fronteiras terrestres teve início com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, segundo a qual foram consideradas propriedade do Estado "as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de dez léguas". Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, cujo art. 22 prescreve que "dentro da zona de dez léguas contíguas aos/

limites do Império com países estrangeiros, e em terras devolutas que o Governo pretender povoar, estabelecer-se-ão colônias militares".-

A FIRMEZA na manutenção de um governo geral no Brasil; a mudança da capital para o Rio de Janeiro, sua posterior interiorização — pleiteada desde o início do século XIX por Hipólito da Costa; e o esforço atual na ocupação da Amazônia constituem marcos decisivos na concretização das nossas históricas e permanentes aspirações de INTEGRAÇÃO NACIONAL.

Com o Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, o Governo do Brasil completou a delimitação do território nacional que passou a incluir o mar territorial de duzentas milhas náuticas de largura, sobre o qual passamos a exercer a soberania.

A construção da UNIDADE NACIONAL talvez seja a obra mais edificante do povo brasileiro. Superamos todas as manifestações separatistas sem conservar ressentimentos; integramos, em uma sociedade homogênea e sem tensões, indivíduos das mais diversas etnias; formamos uma cultura autenticamente brasileira; e criamos uma inabalável consciência nacional. Construimos uma cultura autenticamente brasileira, porque soubemos integrar genius loci, tipos humanos, costumes, paisagens, como assuntos e motivos literários, num movimento de afirmação nacional buscando a estigmatização de qualidades peculiares.

NA EVOLUÇÃO do pensamento brasileiro há uma constante, que representa uma linha coerente a partir dos primeiros tempos da colonização até os dias de hoje. Essa constante é a da progressiva nacionalização, um processo intenso e persistente de busca da identidade nacional, de integração e globalização da realidade brasileira. A nacionalização brasileira foi diferente do movimento nacionalista europeu, que redundou nas várias nações opostas umas às outras; nosso processo de nacionalização nunca se realizou contra outros povos. E daí a humanidade brasileira tornar-se credora do respeito universal, porque, vencendo a diversidade geográfica, as diferenças regionais, o gigantismo do território, soube manter-se coerente ao longo de cinco centúrias históricas. É a sensação de um país em evolução acelerada e de um po-

vo jovem a caminho de grandes destinos.... É O MILAGRE BRASILEIRO que se eterniza através dos tempos. Sim, porque a coesão monolítica do homem brasileiro sob a forma de uma consciência nacional, é motivo de admiração do estrangeiro e também dos estudiosos nacionais, dada a amalgama heterogênea das etnias formadoras da "raça brasileira". Não é difícil identificar o embaraço de grandes autoridades em Antropologia, para explicar tal fenômeno.

A aspiração de INDEPENDÊNCIA manifestou-se desde o início da nossa formação histórica. Expulsamos poderosos invasores estrangeiros que tentaram ocupar nosso território: franceses, espanhóis e holandeses. Fomos à luta várias vezes para a conquista da emancipação política e, mesmo a despeito das favoráveis contingências históricas, a nossa independência só foi definitivamente concretizada depois de onze meses de guerra.-

"No Brasil, a Independência caracterizou uma conquista política, que se há de completar em outros campos. Assim, seremos completamente independentes no setor da Educação, quando o ensino" abranger os quatro cantos do país, onde não haja mais analfabetos e todos possam cursar, ao menos, uma escola de 1º e 2º grau, com iguais oportunidades de acesso ao ensino profissional e científico. Independentes no terreno da Saúde, quando todos tiverem um lar, com água potável, rede de esgotos e alimentação adequada, dispensando hospitais de indigência./ Independentes na área da Tecnologia, quando pudermos desenvolver o país cientificamente, a ponto de criar um "know how"/ próprio, que enseje o equacionamento e a solução de nossos/ maiores problemas". (CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO, II Curso de Estudo de Problemas Brasileiros/ Forum de Ciência e Cultura da UFRJ/ Trabalho Final de Professores Estagiários(1972): Alberto Hargreaves e outros).-

ASSUNTO POR EXCELENÇA dialético, a consolidação da independência do Brasil conquistada politicamente em 1822, presta-se a intermináveis/discussões acadêmicas, polêmicas e.....anêmicas de soluções. Romper os/grilhões de inúmeras dependências que comprometem a separação política do Brasil — constituiu o tema predileto em muitas conferências, em/muitos debates, em muitas sessões do Congresso Nacional e quejandas.... E a que conclusões ghegavam ou chegaram esses eminentes patriotas?

NA VERDADE efetivava-se ~~uma~~ dialética que já se configurava contrária às aspirações e aos interesses nacionais, dado que o país exauria-se a olhos vistos, à espera de um tratamento que nunca aflorava daquelas/tertúlias cívicas, onde pontificavam os terapeutas e hermeneutas da política nacional.... O paciente (no caso, O Brasil), dando mostras de resistência invulgar, resignadamente esperava o fármaco miraculoso..

AÍ O GRANDE MÉRITO da Revolução de 1964, cujos líderes do sistema ora implantado tiveram o desassombro do ato patriótico de arregaçar as/mangas, e trabalhar efetivamente em benefício da comunidade brasileira, infensos às críticas da oposição, que sempre existiu. A preservação das/instituições não seria viável com aquelas vacilações medrosas que denunciavam apenas, em certos casos, o oportunismo de conhecidas "raposas"... O que importava, era instituir o tratamento adequado, ou pelo menos que/parecesse adequado, mas de qualquer forma impregnado de uma linha de coerência e de seriedade, que felizmente não tem faltado aos dirigentes de 1964.

A ESTES PODERÁ faltar arroubos de oratória. As palavras são contidas, substituídas quase sempre por cifras ou projeções matemáticas. Mas, sob essa contenção de eloquência, explode uma realidade, que, essa sim, é grandiloquente e profundamente emocional: a premência da tarefa do desenvolvimento brasileiro, sua magnitude e suas ingentes dificuldades. Não temos tempo para esperar. Tudo é urgente em nossa grande nação.

NESTE III Curso de Estudo de Problemas Brasileiros, no dia 21 de maio de 1973, por ocasião da brilhante conferência com que nos brindou/



S.Exa. o Sr. Secretário Geral do Ministério do Interior, Dr. BRANDÃO PIMENTEL, discorrendo sobre a INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL, tivemos/ confirmação da acertada política adotada pelo atual sistema de governo.

EXPLICOU-NOS S.EXA. que aquela integração ocorre no campo econômico, social, diplomático, cultural, jurídico, militar, político, etc Na prática, esses tipos de integração estão vinculados entre si e constituem processos convergentes e até concomitantes. Com razão observa: o processo é, em princípio, global: cada aspecto necessita dos demais e influencia neles. Não pode haver aproximação econômica além de certo/ ponto se há discórdia política. Não pode haver convergências políticas/ se há desconhecimento mútuo, inexistência de um âmbito histórico e cultural, e é verdade também que a aproximação econômica cria o marco necessário para a aproximação política e cultural. São três vertentes de/ um único processo. Não são escalões de um itinerário dividido em etapas. Nesta altura dos acontecimentos a Amazônia não pode se dar ao luxo de/ uma interrupção no processo de integração. Qualquer solução de continuidade nesse processo poderia ser fatal aos interesses nacionais.

MUITO SE FALA, no exterior, em "milagre brasileiro". Na verdade, não há milagre algum, mas apenas intenso trabalho de um Governo responsável e patriótico, constituído por uma grande equipe de homens, à sua/ frente o Presidente Médici, empenhado no cumprimento da missão que lhe/ foi atribuída e, assim, construindo a grandeza do Brasil. Tudo isso é/ obra da Revolução. Isso porque Castelo Branco "abriu as picadas na mata; Costa e Silva construiu clareiras e o Presidente Médici constrói as maravilhosas avenidas do progresso brasileiro".-

COMO SURTIU A TRANSAMAZÔNICA? Da solene promessa feita pelo/ Presidente Médici por ocasião da visita que empreendeu ao Nordeste em/ 1970.

JORNAL DO BRASIL, 7 de junho de 1970: "Discurso do Presidente Médici no Nordeste" —

"AQUI VIM para ver com os olhos da minha sensibilidade a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre. (...)

Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir o homem. Vi <sup>os</sup> postos/ de alistamento dessas mesmas frentes, com multidões famintas, angustiadas, esperando a sua vez. Vi o homem (...)- Vi homem comendo só feijão/ e farinha sem tempero e sem sal. E dizer-se que vi isto em terras de/ salinas. Vi o sofrimento de homens moços, de mais de dez filhos, nunca/ menos de cinco, deixados lá longe, onde não cheguei a ir (...)

Vi a mão verde-oliva dos companheiros do Exército — do soldado ao/ general — estendida a esse homem, como estrutura atuante de assistência social (...)

Com o velho hábito de comandante de tropa que vela pelo seu último soldado, o Chefe da Nação não pode compreender a existência de compatriotas seus sobrevivendo em condições tão precárias. Não, não me conformo. Isso não pode continuar. Que fazer então, se não há milagre/ que tire o egoísmo do coração dos homens?

AO FIM desta viagem, de que retorno ainda mais determinado a cumprir minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo/ nada, não prometo milagres, nem transmutação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos, nem mobilizo a caridade. Só digo é que tudo isso tem que começar a mudar".-

NO DIA 26 de setembro de 1972 inaugurava-se o primeiro trecho da Transamazônica. Nesse mesmo dia, o Jornal do Brasil noticia o fato e/ comenta:

"Com a inauguração hoje do primeiro trecho da Transamazônica, 1280 quilômetros de estrada desbravadora, o Brasil penetra fundo no seio do seu território maior, nosso há séculos cartograficamente, mas isolado até há pouco, em suas distâncias inacessíveis, como espaços quase/ metafísicos para nós, brasileiros do Sul, mas que, certamente, já despertavam a cobiça de áreas superpovoadas do mundo".-

DOIS COMENTÁRIOS se fazem oportunos:

- 1) A criação do pólo econômico ligado à Transamazônica — onde já se colheram as primeiras safras — se está fazendo com dois cuidados especiais. De um lado, o de estabelecer, na região, um pólo de considerável densidade econômica, e não uma atividade de subsistência. Assim, culturas de mais alto valor, como soja, café, açúcar e borracha/ serão implantadas; e, quando economicamente viáveis, serão estimulados projetos para industrialização da base agrícola e mineral da região.
- 2) De outro lado, o de preservar o equilíbrio ecológico da região. O Brasil está consciente da importância de não repetir os erros dos países hoje desenvolvidos em matéria de destruição de florestas e poluição pela industrialização. A legislação existente já estabelece a obrigatoriedade de reflorestamento de 50% de qualquer área que venha a ser colonizada. Por outro lado, já foi aprovada a dotação de recursos destinada à realização do Programa de Pesquisa do Trópico Úmido, criando um novo centro de pesquisa na região e dando sentido orgânico e maior dimensão aos estudos que já se vêm realizando sobre a Amazônia, quanto a floresta, exploração agrícola, solos e medicina tropical. Além disso, a realização do Projeto RADAM ("Radar para a Amazônia") já permite, através de sensores remotos, realizar o levantamento, em solo e subsolo, de 3.300.000 km<sup>2</sup>, num grau de detalhe possivelmente ainda não existente, para área tão extensa.

O POVOAMENTO DESSA ÁREA é outro problema que desafia a argúcia dos administradores. Dele nos falou S.Exa. o Sr. Secretário Geral do Ministério do Interior. A própria estratégia de desenvolvimento, através dos programas de integração nacional, procura ir ao âmago do problema, seja pela reorientação dos fluxos migratórios em direção à Amazônia, para operar a níveis de produtividade acima dos de subsistência, seja pela transformação da agricultura, permitindo-lhe crescer/ aceleradamente e elevar substancialmente os níveis de produtividade e/ renda do trabalhador.

DE QUALQUER FORMA é uma estratégia definida desde o pronunciamento do Presidente Médici na primeira reunião ministerial, em 6-1-1970:

"Sem quebra do desenvolvimento econômico do País, cujo ritmo se deve, não só manter, mas, ainda, acelerar tanto quanto possível, impõe-se, concomitantemente, a adoção de medidas pelas quais se venha a distribuir a renda global de modo mais equânime, a fim de que todas as camadas da população sejam beneficiadas pelo aumento da riqueza/comum".

O GRANDE DESAFIO está em saber quais os instrumentos a serem utilizados em maior escala para alcançar esse complexo objetivo. A conclusão que se nos afigura válida é de estar o Brasil procurando o caminho certo em campo da maior complexidade, de modo a garantir a maior probabilidade de ter, continuada e inteligentemente, crescimento acelerado e melhor distribuição de renda. Crescimento acelerado que, embora não suficiente, é condição necessária a que se proporcione elevação sistemática, rápida e auto-sustentável dos níveis de bem-estar de todas as camadas da sociedade.

AINDA A PROPÓSITO da integração da Amazônia Legal, referiu-nos o Dr. Brandão Cavalcante que o traçado da Transamazônica tangencia/incalculáveis reservas ferríferas e de outros minérios, localizadas a poucos quilômetros das margens do rio Xingu, no Estado do Pará, porém distantes algumas centenas de quilômetros do litoral. Onde sua exploração implicar liminarmente na construção de uma ferrovia de mais de 950 quilômetros, ligando a serra dos Carajás à costa paraense, e cuja viabilidade econômica constitui atualmente objeto de acurado estudo por parte de setores especializados, sob a orientação do Governo Federal.

-----

OBJETIVOS PERMANENTES DO BRASIL

A CONSCIÊNCIA NACIONAL é um estado emocional que envolve, além/ do próprio indivíduo, todos os elementos da população bem como seus/ interesses e valores culturais. Quando os interesses se integram e se/ projetam na consciência nacional, tanto nas elites como nas classes di/ rigidas, passam a constituir ASPIRAÇÕES. Interesse nacional é a/ relação entre a nação e alguma coisa que ela crê indispensável às suas/ condições existenciais.

NEM TODOS os interesses nacionais apresentam, para o grupo na- cional, o mesmo grau de importância. Alguns, por sua alta relevância, são considerados vitais. Estão nesta categoria aqueles cuja preserva- ção tem caráter imperativo e, sem a qual, poderia ficar comprometida/ a própria sobrevivência da população nacional. Sérios prejuízos à coe- são interna, à autodeterminação e à prosperidade de uma comunidade/ nacional poderão conduzi-la a um desastroso processo de involução so- cial e, até mesmo, de desintegração política.

OS INTERESSES E ASPIRAÇÕES manifestados pelo grupo nacional re- sultam da atitude do mesmo em sua "vida interior e em sua vida de re- lação, sobretudo nos contactos com outros grupos nacionais". O somató- riodas atitudes ou dos comportamentos do grupo nacional define o/ CARÁTER NACIONAL; ou as CARACTERÍSTICAS NACIONAIS; ou como querem ou- tros, o ESPÍRITO NACIONAL.

O caráter nacional seria "um produto de formas sociais" de es- trutura mais ou menos permanente, social e historicamente condiciona- da às tendências e satisfações individuais. Todavia, há sempre/ um a natural propensão de modificação do caráter nacional como decor- rência das permanentes mutações do meio interno e do ambiente exter- no.

O caráter nacional, a vida de relação interna e externa, o grau de maturidade política alcançada pelo grupo nacional em sua evolução/

cultural, econômica e social e as características das elites concorrem fundamentalmente para as manifestações das aspirações e dos interesses nacionais. Por outro lado, a imprensa, a igreja, os partidos políticos, as organizações trabalhistas e patronais, a escola e os líderes têm grande influência na orientação dos sentimentos populares e favorecem a sedimentação dos interesses e das aspirações nacionais.

PARECE-NOS que, no caso do Brasil, as Forças Armadas e particularmente o Exército têm tido acentuada importância no fortalecimento e na justa interpretação desses interesses e aspirações.

AS ELITES POLÍTICAS devem ter a necessária sensibilidade para perceber e avaliar os legítimos interesses nacionais. Quando estas, por despreparo ou incapacidade, perdem a faculdade de interpretar os verdadeiros anseios nacionais, deixam de exercer a liderança e podem conduzir a nação a sérias crises políticas e sociais. Nessa emergência, em graves momentos nacionais, a intervenção das Forças Armadas/brasileiras sempre foi miraculosa e bem interpretada pela Nação inteira.

SUCEDIA QUE esses descompassos intermitentes — a Política errando e o Exército acertando — faziam o País exaurir-se a olhos vistos, no que já se configurava um abuso de lesa-pátria. Desmanchado o nó-górdio dos entrelagos políticos, às Forças Armadas nada/mais restava que devolver o Poder às antigas "raposas".... E, assim, numa sequência monótona, repetiam-se os "pronunciamentos militares" que debilitavam a Nação, e geravam um clima de intranquilidade incompatível com os grandes destinos da nacionalidade.

1964, significou o "BASTA!" das Forças Armadas a todo esse mistifório político, já então tintoriado pela cor-de-rosa de extremismos nefastos. Não havia tempo a perder, nem mesmo para atirar/pedras no que já passara..... O ALTO COMANDO REVOLUCIONÁRIO passou/a conjugar um único verbo: trabalhar, trabalhar e trabalhar.....em benefício da comunidade brasileira.

BRASIL-1973. Decorrido quase um decênio da intervenção salvadora, que vemos no panorama nacional? Deslumbramos com uma Nação em pleno desenvolvimento, em franco progresso, de evidencia tão meridiana, que se faz tônica incontestemente até nos discursos de oponentes

embaçados, e porque não dizê-lo da esquerda festiva?

HÁ DIAS lemos nos jornais, a seguinte notícia, à guisa de informe: Uma importante figura norte-americana, sofrendo de repente ataque de sinceridade, confessou a uma autoridade brasileira:

— Latin America é uma expressão que adotamos para encobrir vocês.....

### - CONSTITUIÇÕES DO BRASIL -

JÁ SE AFIRMOU que a CONSTITUIÇÃO é <sup>a</sup> lei fundamental da organização política de uma nação soberana, que determina a sua forma de governo, institui os poderes públicos, regula as suas funções e estabelece os direitos e deveres essenciais do cidadão em relação ao Estado. Por conseguinte, a Carta Constitucional é um documento político que deve conter os principais interesses e aspirações nacionais manifestados durante o processo histórico e interpretados pelos líderes políticos.

O EXAME das constituições brasileiras permite identificar muitos dos interesses e aspirações nacionais manifestados durante o processo histórico.

#### PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL - De 25 de março de 1824.

As aspirações de preservação da independência e da integridade nacional já estão explícitas nessa Constituição. Segundo o artigo 1º da mesma, "o Império do Brasil é a associação política de todos os brasileiros. Eles formam uma nação livre e independente que não admite, com qualquer outra, laço algum de união ou federação, que se oponha à sua independência". Pelo art. 145 dessa Constituição "todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos internos e externos!"

Essa Constituição de 1824, também chamada Constituição do Império foi outorgada, isto é, concedida pelo chefe do governo e não votada/pelos deputados, que são representantes do povo.-

ESSAS MESMAS aspirações permanentes aparecem na Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969) com as seguintes palavras: "a UNIÃO não intervirá/nos Estados, salvo para manter a integridade nacional e repelir invasão estrangeira".....(art. 10); "as Forças Armadas, essenciais à política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem" (art.91); "Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros/ encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas/ da lei" (art.92).

ALÉM dessas aspirações, cuja preservação é vital à sobrevivência nacional, a Constituição do Brasil também apresenta, de modo explícito ou implícito, as seguintes: de federação; de democracia; de soberania; de livre determinação; de respeito internacional; de convivência pacífica; de segurança nacional; de unidade nacional; de integridade territorial; de desenvolvimento nacional; de paz e justiça sociais; de garantia às liberdades regionais.

#### - CONCEITO MILITAR DE OBJETIVO -

OBJETIVO, segundo conceito militar, é o "elemento tangível ou material em relação ao qual se exerce uma ação para obter determinado efeito". É O Objeto de uma ação. O estabelecimento de um objetivo deve resultar da capacidade e propósito de atingí-lo em prazo razoável. Se não houver um propósito de ação fundamentada na real existência de P O D E R não se tratará de um objetivo mas, no máximo, de uma aspiração.

POR ISSO, aquelas aspirações permanentes contidas no texto constitucional — inclusive as de caráter vital — só poderão ser realmente consideradas objetivos nacionais a partir do momento em/ que o Governo, após conseguir os meios adequados, se dispuser a atende-las em prazo útil.



O SIMPLES FATO de a letra constitucional afirmar que a plataforma/continental e o mar territorial "incluem-se entre os bens da União" não significa que esteja preservada a integridade territorial brasileira naquelas áreas. Tal integridade só poderá ser efetivamente resguardada se o Estado dispuser de Forças Armadas com poder adequado/ao cumprimento daquela missão.

EMBORA todas as constituições do Brasil tenham sido inspiradas/nos mais respeitáveis ideais democráticos, só muito recentemente é/que a liderança política do país passou a se preocupar com o estabelecimento de uma autêntica democracia nacional que substituísse a antiga e espúria "democracia de fachada".

A ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL, por exemplo, que tem por fim "realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social"(Art. 160 da Constituição) vem sendo motivo de preocupação desde a Carta Constitucional de 1934 que visava "possibilitar a todos uma existência digna"(Artigo 115).

A Constituição de 1937 declara que o trabalho "constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis/ e meios de defesa"(art. 136). E a Constituição de 1946 observa, no/§ único do art. 145, que "a todos é assegurado o trabalho que possibilite existência digna."

.....

EVIDENTEMENTE, tais aspirações embora perfeitamente válidas, poderiam ter-se transformado em simples utopias e jamais evoluído/para a condição de objetivos nacionais se o país tivesse permanecido/na anterior situação de empobrecimento.- Para isso muito concorria/aquela dialética estéril a que nos referimos linhas atrás. Era preciso tirar o País daquele marasmo em que se encontrava. Urgia o fármaco miraculoso. E graças a Deus o remédio heróico surgiu a 31 de março de 1964.

A REVOLUÇÃO E OS OBJETIVOS NACIONAIS -

O Presidente da República, ao assumir o mandato, presta o solene/compromisso de "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

O exame atento das declarações oficiais do atual Chefe do Governo permite concluir que o mesmo, ao tomar contato com as responsabilidades de Presidente, procurou auscultar os sentimentos do povo brasileiro para que pudesse interpretar as justas aspirações nacionais.

Em sua primeira mensagem pública, lida no rádio e televisão a 7 de outubro de 1969, o General MÉDECI observou que "AS FORÇAS ARMADAS se/decidiram a completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lídimas aspirações nacionais". E, completando seu pensamento, afirmou de modo categórico: "VAMOS dar efetividade a esses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro".

DEMOCRACIA BRASILEIRA - Conceituação em face do sistema atual.

Hoje, a palavra democracia passou a significar, simplesmente, sistema de respeito à pessoa humana, aos interesses do povo e ao bem/estar social, dentro de implicações decorrentes dos ideais de liberdade e igualdade que a caracterizam.

Está claro que a liberdade individual e coletiva há de condicionarse à responsabilidade, sem o que degenera em licenciosidade. E não só. Deve condicionarse ainda ao interesse de todos, disciplinando-se, assim, em função do bem comum. NÃO SE LIMITA seu uso legítimo, como diz/ALFREDO BUZAID, senão que se tem em vista apenas organizá-la em função/da própria segurança nacional.

HÁ POUCO, em conferência realizada neste III Curso de Estado de Problemas Brasileiros, o grande educador Padre Francisco Leme Lopes nos ensinava sobre "a educação como arte de preparar a personalidade/humana para usar BEM da própria liberdade!"

A DEMOCRACIA, como diz o Presidente GARRASTAZU MÉDICI, "como/ forma de convivência política, não constitui categoria lógica, imutável ao tempo e no espaço, porém conceito histórico, sujeito às/ revisões impostas pela convivência social".

Sob esse ângulo, a democracia há de ser dinâmica, adaptando-se/ continuamente à realidade social. Na democracia, como em todas as/ demais instituições, há que considerar-se o eterno e o efêmero.

O eterno são os princípios fundamentalmente humanistas, que hão de reger sempre qualquer sistema democrático.

O efêmero são, ao contrário, as técnicas de governo, que podem/ variar e que de fato variam com as situações concretas de cada país e de cada momento histórico.

Nesse ponto, os processos utilizados continuam rotineiros e/ obsoletos, presos às fórmulas clássicas da democracia franco-anglo-americana. Implicitamente, portanto, três formas ou modelos de democracia. PORQUE NÃO uma quarta fórmula, por exemplo, que melhor atenda/ aos interesses do BRASIL?

O BRASIL há de ter a sua forma de governo própria e original, sem a preocupação de imitar modelos alienígenos.

#### - CONCLUSÕES -

APÓS SEIS ANOS DE REVOLUÇÃO, por volta de 1970, a Nação já/ estava em condições de iniciar uma política de desenvolvimento acelerado e auto-sustentável e de implantar as grandes reformas estruturais. O Produto Interno Bruto se elevara de 1,5% em 1963 para cerca de 8,4% em 1968, atingira 9% em 1969 e subira a 9,5% em 1970. A taxa de inflação que chegara, em 1964, ao insuportável nível de 90%, baixara para 20% em 1969.

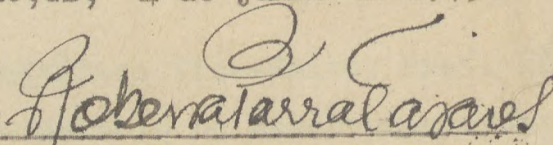
PORTANTO, os três Governos Revolucionários haviam conseguido/ após aqueles anos anteriores de tensões políticas e empobrecimento/ econômico, proporcionar à nação uma privilegiada situação de estabilidade política, econômica e social internas. O terceiro Governo Revolucionário dispunha da autoridade política e do poder econômico/ necessários à implantação das grandes reformas nacionais. E a estabilidade interna, inteiramente assegurada, permitia a justa prospectiva e o correto planejamento do futuro.

CUMPRINDO o previsto no art. 89 da atual Constituição, a Presidência da República divulgou, em setembro de 1970, as "Metas e Bases para a Ação de Governo". Nesse documento, de autoria do Conselho de Segurança Nacional (CSN), estão fixados os OBJETIVOS NACIONAIS.

Como OBJETIVO-SÍNTESE, o CSN estabeleceu: "INGRESSO DO BRASIL NO MUNDO DESENVOLVIDO, ATÉ O FINAL DO SÉCULO. CONSTRUIR-SE-Á, NO PAÍS, UMA SOCIEDADE EFETIVAMENTE DESENVOLVIDA, DEMOCRÁTICA E SOBERANA, ASSEGURANDO-SE, ASSIM, A VIABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL COMO GRANDE POTÊNCIA".

- FIM -

RIO DE JANEIRO, RJ, 4 de junho de 1973.

  
\_\_\_\_\_  
PROF. ROBERVAL BARRAL TAVARES

ESTAGIÁRIO Nº 14

DO

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

-BIBLIOGRAFIA-

- DECRETO-LEI Nº 869, de 12-09-1969, sobre Educação Moral e Cívica.
- DECRETO Nº 68.065, de 14-01-1971, regulamentando o Decreto-Lei 869/69
- CONFERÊNCIAS pronunciadas no Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, por ocasião dos II e III Cursos de Atualização sobre Estudo de Problemas Brasileiros (1972 e 1973).
- CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO, Trabalho Final apresentado por Grupo de Professores Estagiários (ALBERTO HARGREAVES e outros) do II Curso de Problemas Brasileiros (1972).
- A CONSTITUIÇÃO E OS OBJETIVOS NACIONAIS. Coronel Octávio Costa.
- CONCEITOS SINTÉTICOS DOCTRINÁRIOS ADOTADOS PARA FINS DIDÁTICOS. DA E.S.G. PARA O ANO LETIVO DE 1972.
- BRASIL: EMERGÊNCIA DA NOVA SOCIEDADE. Min. João Paulo dos Reis Veloso
- PERORAÇÕES do Magnífico Vice-Reitor Prof. HÉLIO FRAGA, por ocasião do panegírico laudatório no encerramento das conferências dos II e III Cursos de Atualização sobre Estudo de Problemas Brasileiros (1972 e 1973).
- NECESSIDADE DE UM SENTIDO AXIOLÓGICO PARA O ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS NO CURSO SUPERIOR. Prof. Arthur Machado Paupéro, Membro da CNMC
- ATLAS DO CONSELHO NACIONAL DE CULTURA. 1972
- BRASIL. PROCESSO E INTEGRAÇÃO. G. Galache e M. André (1972)
- CADERNOS DE ESTUDOS BRASILEIROS. Forum de Ciência e Cultura da UFRJ
- IDÉIAS CONTRA IDEOLOGIAS. Prof. Djacir Menezes (1971)
- ARTIGOS DIVERSOS publicados na imprensa do Rio de Janeiro (Jornal do Brasil e O Globo).—

=====



